

Desmentindo Bryce

CARLOS ALBERTO
MENEZES DIREITO *

O notável James Bryce, no final dos oitocentos, publicou obra clássica sobre a república americana, dedicando o capítulo VIII a responder a uma pergunta que nos intriga a todos até hoje. Segundo Bryce, os europeus frequentemente se perguntam, e os americanos não explicam nunca, por que os melhores homens, dotados de qualidades raras ou excepcionais, não alcançam a presidência, a mais alta função em todo o mundo, com exceção do Papado, e à qual todos podem chegar por seus próprios méritos.

É mesmo uma sina das democracias perder a contribuição daqueles que estão qualificados intelectual e moralmente para o exercício dos cargos públicos. Ao que parece, e isso não é um fenômeno brasileiro, sendo a política para os profissionais, brocardo que os protagonistas usuais repetem à saciedade, aqueles cidadãos mais bem preparados não reúnem as qualificações próprias para o desempenho do ativismo político, na sua ponta institucional, ou, melhor dizendo, partidária e eleitoral. Há uma conspiração no sentido de chamar para a vida pública tão-somente os agentes ditos fortes na queda-de-braço das campanhas eleitorais, nas disputas pelo domínio dos partidos, na escada da burocracia do estado.

Muitos homens públicos de talento político e administrativo, lar-

gumentam, invariavelmente, que a vida pública só está disponível para quem for capaz de enfrentar as fraquezas humanas, representadas pela vaidade, pelos interesses mesquinhos, pela ambição de subir a qualquer preço, pela subserviência de toda sorte, pela traição na esquina dos caminhos, com a consciência de que o ideal adiante é mais importante e, ainda, de que sem essa promiscuidade do idealista com o oportunista a sociedade não está representada no eixo do poder político. E, por derradeiro, afirmam que o resultado político obtido pelos protagonistas, pouco valendo a sua qualificação pessoal, significa uma aliança com a vontade popular que deve ser respeitada na formação dos governos democráticos, que não estão confinados ao camarim das elites.

Na verdade, a história republicana brasileira não desmente a compreensão desses homens públicos. Nem mesmo é fácil encontrar muitas exceções, como encontrou Bryce, ao destacar Adams, Jefferson, Madison, Abraham Lincoln. No nosso deserto de idéias e homens, e a setença é de Oswaldo Aranha, no curso da revolução de 30, o pobre Ruy Barbosa, do alto de seu saber, não foi capaz de alcançar o posto máximo.

Mas eis que surge no horizonte, desmentindo Bryce, o presidente Fernando Henrique Cardoso. Intelectual respeitado, um dos mais destacados sociólogos brasileiros,

com reconhecimento internacional, o novo presidente recebe a faixa depois de ser, ele próprio, responsável pela recuperação moral e econômica do país, gerando das entranhas do poder político um plano econômico que não se perdeu em seis meses, nem sobreviveu à custa de um engessamento fantasioso da atividade produtiva. Ao revés, com sua formação insuspeita, o presidente Fernando Henrique foi capaz de entender a realidade brasileira a ponto de inverter a demanda das expectativas de cima do governo para cima do empresariado, des acostumado de assumir a sua parcela de culpa no descontrole dos preços e dos salários, que massacra apenas o assalariado. Pela primeira vez, em muitos anos, um ministro da Fazenda é competente o bastante para dizer que aumenta-se preço sem causa, ou melhor, que aumenta-se preço para escapar de uma possível manobra do governo, separando o empresariado, antes do caos, a sua parte.

Se o êxito do real é até agora inegável, o presidente Fernando Henrique tem à sua frente um desafio maior. É que cabe-lhe manter o cenário de otimismo gerado pelos resultados inaugurais do plano econômico, avançando na reforma do estado, isto é, na reforma das instituições e no resgate da dívida social, ainda que pagando alto a necessidade de prosseguir, de imediato, com políticas públicas assistencialistas. Tem ele, assim, so-

bre seus ombros, a carga da fé e da caridade, que não pode deixar cair, sob pena de, na queda, levar, uma vez mais, a alma de toda a nação.

Alexandre Hamilton, que imaginou o Federalista, o mais amplo comentário aos princípios do governo democrático, inspirado pela aprovação da *Constituição da Filadélfia*, começa o primeiro de seus muitos artigos, sempre assinando como *Publius*, constatando a experiência de ineficácia do governo federal, para assinalar, depois, que entre “os mais tremendos obstáculos que a nova Constituição terá de enfrentar, pode ser prontamente distinguido o interesse óbvio de certa classe de homens em todos os estados em resistir a todas as mudanças que podem ocasionar uma diminuição do poder, emolumento e importância dos cargos que detêm nos órgãos estaduais; e a ambição pervertida de uma outra classe de homens, que pretenderão se promover à custa da confusão de seu país”.

O que se espera é que essas velhas advertências façam sentido e tenham alcance na hora em que, contrariando a lição de Bryce, chega ao poder um presidente preparado, considerado brilhante por seus pares, juntando o prestígio da academia com a competência política, e o que é muito raro, autor, ainda ministro, do que pode ser um novo amanhecer no Brasil.

* Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro